

CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP

Amanda Sousa Batista do Nascimento

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO-SP
amandasousabatista1987@gmail.com

Resumo: O presente artigo resulta da dissertação de mestrado da pesquisadora cujo objeto de estudo situa-se no contexto amplo das Políticas Educacionais Inclusivas. A referida dissertação estudou o processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva instituída em 2008, na rede municipal de ensino de Santo André-SP. O problema que orientou esta pesquisa visou saber sob a égide do discurso de professores e assistentes pedagógicos, como tem sido o processo de implementação de uma Política Educacional Inclusiva nas Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF). O objetivo deste artigo é ressaltar a importância da criação de uma rede de apoio específica para implementar e dar assistência aos professores no que diz respeito à Educação Inclusiva nas escolas municipais. Na rede de ensino em questão, lócus deste estudo, esta rede de apoio é denominada Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional (CADE), e possui notória função na articulação da política educacional inclusiva local.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Política Educacional, Rede de apoio, CADE.

Introdução

A partir da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, pelo governo federal, a oferta de vagas nas escolas passou a ser direito das famílias, visando garantir a permanência dos educandos com deficiência na escola regular, eixo do processo de ensino e aprendizagem deste público alvo.

Essa política suscitou vários questionamentos, entre eles, o debate sobre as condições em que os alunos são inseridos nas salas de aulas, as condições de trabalho oferecidas aos professores e demais profissionais da educação que trabalham especificamente no processo de inclusão destes alunos e o posicionamento dos gestores municipais na implantação e implementação da Política Nacional de Educação Inclusiva no Brasil.

Nesta perspectiva, a questão que orientou este estudo, pode ser assim apresentada: como tem ocorrido o processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em duas escolas da Rede Municipal de Santo André?

A investigação deste problema permitiu analisar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na rede

municipal de Santo André, e os seus impactos, a partir da fala de gestores e professores de duas escolas. A partir de análise documental e de análise do discurso dos entrevistados, foi possível reconhecer o papel de destaque de uma agência municipal responsável pelo processo de implementação da política de educação inclusiva, o Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional (CADE).

O CADE na rede municipal de Santo André representa uma rede de apoio de suma importância para a organização e manutenção de ações para a inclusão de estudantes com deficiência na rede municipal de ensino.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa teórica com análise documental de leis, portarias e decretos municipais acerca da política educacional inclusiva no âmbito municipal. A Rede Municipal de Ensino de Santo André possui um trabalho com notoriedade na organização e planejamento educacional no atendimento aos alunos com deficiência desde 1989. É válido destacar que, atendendo às demandas de descentralização do poder trazidas pela Constituição de 1988, os municípios passaram a ter autonomia e discricionariedade na forma de administrar a educação em conformidade com o cenário das Políticas Educacionais naquele período. Desta maneira, “apontando para a descentralização do poder, a Constituição de 1988 coloca dispositivos que indicam conferir total autonomia político-administrativa aos municípios, declarando os mesmos como esferas autônomas entre as outras que compõem a federação”. (BATISTÃO, 2013, p.63)

O percurso histórico de inclusão de alunos com deficiência na Rede Municipal de Ensino em Santo André fez parte de outro processo histórico maior pelo qual a cidade passou: o processo de municipalização do ensino. Segundo Batistão (2013), a cidade de Santo André passa por este processo de descentralização na década de 1990 e, buscando “transformações na área educacional, dá início ao planejamento e articulações objetivando encontrar caminhos possíveis para atender indistintamente os alunos da rede regular de ensino”. (p.64)

De acordo com a autora, o processo de municipalização da Rede de Ensino de Santo André se inicia conforme a demanda desencadeada na década de 1990 após a Constituição Federal, a qual declarava o direito à educação como um direito de todos. O gestor municipal deste período, o prefeito Celso Daniel, em seu primeiro mandato (1989/1992), debateu e viabilizou modos de atender “indistintamente os

alunos da Rede Regular de Ensino, quando então é promulgada a Lei Orgânica do Município”. (BATISTÃO, p.64)

Em seu segundo mandato, Celso Daniel (1997/2000) implantou um programa de modernização da administração pública da cidade, por meio de uma abordagem de gestão democrática.

O programa de modernização administrativa do município de Santo André durante a gestão do prefeito Celso Daniel 89/92, 97/2000, 01/2002, foi incluído do banco de dados de uma rede europeia que reúne experiências políticas urbanas efetivas, recebendo inúmeros prêmios nacionais e internacionais, citado em inúmeras publicações acadêmicas, Celso Daniel construiu a referência para o futuro dos governos locais democráticos e efetivos. (LOUREIRO, ABRUCIO, PACHECO, 2015, p. 186)

O protagonismo e pioneirismo deste gestor municipal na elaboração do que Pacheco (2010) denomina de “agenda da nova gestão pública” (p.183), incluindo pautas correlatas aos problemas sociais da cidade de maneira democrática e co- participativa com a população, fez com que a educação municipal andreense já se iniciasse com um viés de uma educação para todos, conforme a redação do parágrafo IV do artigo 3º da Constituição Federal de 1988, em que há a garantia do bem de todos, independentemente de “origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” sendo assim um projeto embrionário de Educação Inclusiva.

Batistão (2013) evidencia ainda que a referida administração política do período assumiu, por meio da promulgação de sua Lei Orgânica, o “compromisso com a luta pela garantia e manutenção do ensino, sinalizando entender que a educação para todos é o caminho para o desenvolvimento da sociedade andreense”. (p.64)

No artigo 247 da Lei Orgânica do Município de Santo André, há a indicação de que os gestores municipais irão organizar:

[...] o sistema municipal de ensino, providenciando o atendimento escolar nas modalidades de:

- I- Educação Infantil.
- II- Educação de Jovens e Adultos.
- III- Educação Especial (SANTO ANDRÉ, 1990, p.1)

De acordo com Batistão (2013), a administração política do período analisado, no âmbito das ações efetivas em prol de uma política educacional local, incorporou em “todas as suas propostas o tema inclusão, sendo que este, o

conceito responsável pelo início da viabilização de programas em todos os segmentos da atuação da política pública local” (p. 64).

Entretanto, utilizando um recorte de cenário educacional no município *lócus* desta pesquisa, além de utilizar a periodização compreendida entre o último ano de mandato do prefeito João Avamileno (2005/2008), em seguida o mandato do prefeito Dr. Aidan Ravin (2009/2012) e, por fim, o mandato do prefeito Carlos Grana (2013/2016), almejou mapear como se deu o processo de consolidação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em uma rede de ensino que já desenvolvia à sua maneira, um processo de implementação de políticas públicas inclusivas.

Esta questão se levanta considerando que, a partir de 1991, deu-se início ao processo de inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, visto que, até então, historicamente, as minorias de estudantes com deficiência que já tinham acesso à educação formal, era preferencialmente em instituições de ensino de Educação Especial, as chamadas escolas especiais.

Para analisar o cenário atual da política educacional inclusiva andreense, a etapa subsequente consistiu nas entrevistas semiestruturadas com assistentes pedagógicos e professores que tiveram como eixo orientador as práticas efetivas de garantia de direitos, acesso, permanência e oferta de currículo para os educandos com deficiência. O roteiro foi construído a partir dos objetivos que foram estabelecidos pela política nacional.

O contexto mais amplo da pesquisa foi orientado a partir da perspectiva do “policy cycle approach” ou “abordagem do ciclo de políticas” de Ball (2011), para a análise de políticas educacionais. Para Mainardes (2006), essa abordagem formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores se constitui em importante procedimento de análise da trajetória de processos micropolíticos e da ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local, caracterizando estes processos como ciclos contínuos, com três faces: a política proposta, a política de fato e a política em uso. A política proposta diz respeito às intenções dos governantes, departamentos educacionais e burocratas com a função de “implementar” políticas, bem como as intenções no *lócus* destas políticas, isto é, nas escolas. A política de fato se refere ao marco regulatório oficial, aos textos políticos e legislativos que direcionam as ações-base para a efetivação da referida política. Já as políticas em uso são os discursos e práticas desenvolvidas a partir do processo de implementação das políticas pelos gestores

A Rede Municipal de Ensino de Santo André possui uma política inclusiva que não se limita aos aspectos educacionais, mas na inclusão social na cidade. De acordo com o Histórico da Educação Inclusiva - Balanço Social¹ (SANTO ANDRÉ, 2007) desenvolvido pelo Instituto Paradigma, enquanto a média nacional de inclusão de crianças com deficiência na escola pública era de 0,6%, em relação ao total de matrículas, em Santo André ela chegou a 2,8% no início de 2007- quase quatro vezes mais: 798 estudantes com deficiência num universo de 28.549 crianças. Este atendimento não se limita a crianças, uma vez que o município também atende jovens e adultos com deficiência.

Ainda segundo a pesquisa desenvolvida pelo Instituto Paradigma (2007), o processo de construção de uma rede inclusiva não se deu de forma linear, visto que houve resistência por parte dos pais de alunos sem deficiência que temiam que seus filhos fossem prejudicados pela presença de colegas que necessitariam de mais atenção dos professores, que poderia resultar na lentificação do processo de aprendizagem dos alunos da turma. Houve também os professores que não se sentiam preparados para trabalhar em sala com crianças com necessidades educativas diferentes dos demais.

A fim de superar estas barreiras, a Secretaria de Educação e Formação Profissional do Município investiu em parcerias para aperfeiçoar a capacitação dos professores, na criação de um Programa de Educação Inclusiva com quatro eixos centrais: Diagnóstico, Acessibilidade, Estratégias de Formação e Gestão da Informação.

Batistão (2013) esclarece que, em Santo André, a inclusão educacional é uma realidade desde a década de 1990, mas ficou com os contornos mais definidos a partir de 1999/2000, quando foi implantado o Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional (CADE), uma agência do governo municipal, que responde ao departamento da Secretaria Municipal de Educação responsável por “avaliar os alunos com deficiência, promover a sua inclusão nas escolas, acompanhar o seu desenvolvimento e possibilitar a capacitação profissional dos educadores que atuam nessa área, dando-lhes o suporte necessário” (p. 70).

A lei Orgânica do município determina que:

¹ Publicação da Secretaria de Educação de Santo André em parceria com o Instituto Paradigma, um parceiro da prefeitura durante o período de 2000-2008. A publicação traz a história do atendimento de alunos com deficiência na Secretaria de Educação e Formação Profissional (SEFP), com o título: “A educação inclusiva no município de Santo André (SP)”.

Art. 2º- São competências do CADE: auxiliar o professor no diagnóstico das dificuldades relativas ao ensino e aprendizagem apresentadas, prioritariamente, aos alunos com necessidades educativas especiais; orientar os professores do ensino regular de educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e os monitores de creche que interagem com alunos com necessidades especiais; propor caminhos para a superação das dificuldades encontradas, de ordem pedagógica ou clínica, nas instâncias adequadas, oferecer atendimento clínico em parceria com a Secretaria de Saúde; estender o atendimento especializado aos demais usuários e formar os funcionários da unidade (SANTO ANDRÉ, 2000, p.1)

O CADE faz parte do Programa de Educação Inclusiva que teve a sua origem em 1998, quando o município fez a sua opção de ter uma Rede própria de Ensino Fundamental, com a mudança da legislação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Santo André tinha apenas uma rede de Educação Infantil e, posteriormente, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Profissionalizante. Foi feita a opção de trabalhar com a primeira infância (até 10 anos) e depois com a Educação de Jovens e Adultos e Ensino Profissionalizante. O município não trabalha com as séries do Ensino Fundamental II na modalidade Regular (somente com a modalidade EJA II) e nem com o Ensino Médio, cabendo esta responsabilidade de oferta de atendimento ao governo do Estado de São Paulo.

É válido ressaltar que a pesquisa do Instituto Paradigma (2007) elencou as dificuldades encontradas pelo município para implementar o Programa de Educação Inclusiva, envolvendo inúmeras barreiras: comportamentais, de concorrência com outras prioridades de governo (para efeito de dotação de recursos), capacitação de professores, barreiras físicas e arquitetônicas.

Segundo Batistão (2013), escolas brasileiras não foram projetadas considerando receber como público alvo alunos com deficiência, por isso os espaços não contam com recursos de acessibilidade e mobilidade. Em Santo André, uma das ações desenvolvidas foi a reforma de cerca de 70 escolas e creches do município com base no conceito de Desenho Universal cujo objetivo é permitir que todo indivíduo possa ter acesso livre aos espaços com independência de deslocamento, sejam quais forem as suas limitações físicas e sensoriais.

A agenda de implementação desta política pública na cidade de Santo André compreendeu ainda colocar em prática os princípios e diretrizes fundamentais da qualidade social, democratização da gestão e do acesso à escola.

As três diretrizes foram implementadas de maneira

articulada, com o objetivo de orientar as ações e procedimentos na direção da inclusão social, cultural e formativa de todos os sujeitos envolvidos em situações educacionais no município.

Os profissionais da educação passaram por programas de formação permanente, não só pautados em referenciais teóricos, mas com espaços para a promoção de reflexões coletivas, garantindo a continuidade do processo além da esfera das Unidades Escolares.

Resultados e Discussões

O presente estudo, com o objetivo de entender como os gestores escolares e professores compreendem o processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) na rede municipal de ensino de Santo André, teve como abordagem ampla de orientação o “*policy cycle approach*” ou “abordagem do ciclo de políticas” para a análise de políticas educacionais.

Bowe (1992) e Ball (1994) em suas pesquisas enfatizam a natureza dos processos micropolíticos, conforme a ação dos profissionais que agem diretamente nas políticas de nível local, articulando “os processos macro e micro na análise de políticas educacionais”. (MAINARDES, 2006, p.49)

Partindo da premissa de que somos um país socialmente muito desigual, muitas políticas educacionais têm como objetivo dirimir as consequências dessa situação. Nesse contexto, o debate sobre a inclusão social ganhou relevância e este trabalho tem por objetivo contribuir com a discussão crítica e a compreensão sobre certos aspectos deste debate. Dessa forma, organizamos o roteiro das entrevistas semiestruturadas definindo a priori alguns temas a nos orientar, foram eles: Política de Educação Inclusiva, Formação do Professor, Assessoria Especializada (CADE), Infraestrutura e Acessibilidade, Trabalho Pedagógico e Relação com as famílias dos alunos com deficiência.

Como procedimento das entrevistas, utilizamos a Análise do Discurso (AD). De acordo com Orlandi (2009, p.15-16) a AD procura compreender a língua enquanto sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. A AD considera os processos e as condições de produção da linguagem pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que falam e as situações em que se produz o dizer.

Nesta pesquisa temos dois grupos discursivos: os locutores, representados pela Secretaria Municipal de Educação de Santo André, sob a égide da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e os interlocutores, os professores e assistentes pedagógicos de duas unidades escolares da referida rede.

Conclusões

As entrevistas foram com oito professoras e 3 assistentes pedagógicas da rede municipal de Santo André e foram analisadas tendo como instrumento os conceitos da Análise de Discurso (AD) que, de acordo com Orlandi (2009), procura compreender a língua enquanto sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

Os dados mostram semelhanças e discrepâncias na forma que professores que atuam na EMEIEF Nicolau Morais de Barros e na EMEIEF Cândido Portinari compreendem a categoria Política de Educação Inclusiva. No discurso das professoras da EMEIEF Nicolau Morais de Barros, identificamos uma trajetória formativa favorável à inclusão de estudantes com deficiência na sala regular. Isto se reforça com o fato de que o pólo bilíngue é considerado um espaço plenamente adequado para atender estes educandos.

No discurso das professoras da EMEIEF Cândido Portinari, há o reconhecimento de todos os esforços dos gestores municipais na implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, contudo, há uma série de fatores elencados que justificam que a rede ainda está aquém do esperado. Entre os fatores elencados por estas professoras, como a qualidade do ensino oportunizado aos estudantes com deficiência, foi evidenciada a existência da lei municipal nº8.233/2001, intitulada Lei Dinah Zecker, que assegura a matrícula imediata de alunos com deficiência nas unidades escolares mais próximas de sua residência, independentemente de vaga. Esta lei causou um impacto relevante em regiões com número maior de estudantes com deficiência, visto que, apesar de garantir o acesso aos educandos com deficiência, também aumentou consideravelmente o número de estudantes por sala nas diferentes modalidades de ensino. Esta medida foi considerada como algo que paulatinamente desqualifica o ensino oferecido e se enquadra em um modelo de *inclusão excludente*, como afirma Padilha (2009). Na análise da categoria Formação do Professor, os dados mostram que, mesmo com constantes esforços e ações desenvolvidas pela rede municipal de Santo André para a formação continuada dos professores sobre a temática da Educação Inclusiva, a

falta de formações específicas sobre cada tipo de deficiência e suas comorbidades é realçada. Esse discurso ocorreu em todas as entrevistas com professoras, que também mencionaram fatores que prejudicam a participação dos professores como: oferta de formação fora do horário de trabalho, incompatibilidade de temas atrelados às necessidades cotidianas, às diferentes modalidades de ensino, principalmente no caso da EJA, a falta de informação sobre as formações, entre outros. Nos discursos analisados é intensa a percepção da discrepância existente entre as propostas dos documentos oficiais e a realidade vivenciada nas escolas, além do sentimento de despreparo que os professores sentem mediante os desafios de incluir a todos.

No que diz respeito à categoria Assessoria Especializada (CADE), todas as professoras entrevistadas tiveram discursos similares em relação ao trabalho desenvolvido pelas PAEI's. Foi evidenciado que essas profissionais não atuam de maneira uniforme nas diferentes Unidades Escolares e esse fator influencia nos resultados a serem obtidos no decorrer do processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência. Além disso, as entrevistadas concordam que o número de PAEI's que atuam na rede é insuficiente, mediante a quantidade de escolas para atender, com situação agravada nas Unidades Escolares maiores, cujo número de estudantes com deficiência é maior. Um aspecto positivo apresentado no discurso das entrevistadas é que, apesar de algumas falhas na atuação destas profissionais, elas são muito importantes na efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A categoria Trabalho Pedagógico demonstrou insatisfação no discurso de algumas entrevistadas, principalmente no que concerne à Política idealizada pelo documento oficial e a Política de fato implementada, pois esta discrepância é visualizada diretamente no trabalho pedagógico desenvolvido, classificado como falho, justificado pela falta de formação específica para os professores. É preciso destacar nesta categoria que as falhas no trabalho pedagógico inclusivo apareceram com maior frequência no discurso das professoras da EMEIEF Cândido Portinari, enquanto no discurso da entrevistadas da EMEIEF Nicolau Moraes de Barros é possível identificar a vantagem em ter nesta Unidade Escolar o funcionamento de um pólo bilíngue de educação de surdos e deficientes auditivos, com maior suporte.

Na análise da categoria Infra-estrutura e Acessibilidade, novamente foi evidenciado que os benefícios da implementação do pólo bilíngue

em 2016 na EMEIEF Nicolau Morais de Barros, bem como a atuação do CAEM em parceria concomitante com o trabalho desenvolvido na sala de aula regular, tem trazido resultados significativos para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência matriculados na rede municipal de ensino. A proximidade deste equipamento da EMEIEF Nicolau Morais de Barros foi classificada pelas entrevistadas como uma vantagem na qualificação do trabalho pedagógico desenvolvido. No discurso das professoras que atuam na EMEIEF Cândido Portinari, surgiu a necessidade de repensar os espaços escolares para melhor atender estes estudantes, garantir a manutenção dos mesmos bem como a adaptação de materiais, implementação de novas salas de recursos multifuncionais, assessoria mais próxima das PAEI's (para professores e estagiários de apoio à inclusão).

Os dados analisados referentes à categoria Relação com as famílias dos estudantes com deficiência, no caso das entrevistadas que atuam na EMEIEF Nicolau Morais de Barros, apontam para a importância da parceria com os profissionais do CAEM com a equipe gestora da Unidade Escolar, com ações que aproximam as famílias da escola em prol da inclusão efetiva dos educandos. Em relação ao discurso das professoras da EMEIEF Cândido Portinari, foi possível notar a falha neste aspecto, na aproximação entre escola e famílias dos estudantes com deficiência.

No caso das análises das entrevistas com as Assistentes Pedagógicas, sendo duas da EMEIEF Nicolau Morais de Barros e uma da EMEIEF Cândido Portinari, os principais dados levantados foram o pioneirismo da rede municipal de Santo André na implementação de políticas educacionais inclusivas em relação a outras redes de ensino, com ênfase na falta de continuidade educativa quando os alunos com deficiência tentam prosseguir seus estudos na rede estadual de ensino, por exemplo.

As assistentes pedagógicas destacaram o aspecto positivo de que a Gerência de Educação Inclusiva, não é composta por profissionais contratados a parte, mas sim, por professores da rede, o que demonstra proximidade com os anseios dos demais professores da rede. O histórico do CADE em oferecer diferentes tipos de formações para equipes gestoras e professores, surgiu nos discursos como ação efetiva para garantir a implementação da política inclusiva.

O discurso destas profissionais trouxe o reconhecimento da necessidade de maior investimento na formação específica para os professores acerca da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva. No caso específico da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos, surgiu o fator essencial da garantia de maior respaldo e acompanhamento por parte do CADE, elucidando que o formato no qual há PAEI específica para o setor de EJA foi um ganho qualitativo na opinião da entrevistada.

Frente a estas análises e problematizações, finalizo esta pesquisa respondendo ao problema que a desencadeou: como tem ocorrido o processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na rede municipal de ensino de Santo André? Esta política educacional inclusiva vem sendo implementada nesta rede de ensino antes mesmo da redação oficial deste documento de 2008, se levarmos em consideração a historicidade e vanguardismo da rede municipal de Santo André na formulação e implantação de uma nova agenda de gestão pública, que desde 1989 já garantia em sua lei orgânica a oferta de educação a estudantes com deficiência.

Referências

ANDRÉ, Portal do município de Santo. Secretaria de Educação. Disponível em: <http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/2013-03-20-17-29-08/2013-03-20-17-30-14/institucional-sedu> Acesso em julho/2015.

ARAUJO, José Carlos Souza. (2005) “O embate marxiano com a construção dos sistemas educacionais”. In: LOMBARDI, José Claudinei & SAVIANI, Dermeval (org.) *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, pp. 39-68.

BALL, Stephen J. MAINARDES, Jefferson. (Org.) *Política educacional e análises de políticas: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. How schools do policy: policy enactments in secondary schools. London: Routledge, 2012.

BATISTÃO, Sandra Paula da Silva. *Educação Inclusiva ou Educação para todos? Contribuições da teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade escolar*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: set. 2009.

_____. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

_____. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 4.024 de 20 dez. 1961. Disponível em: <http://wwwp.fc.unesp.br>. Acesso em: ago. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

LOUREIRO, Maria Rita. ABRUCIO, Fernando Luis. PACHECO, Regina Silvia. (org.) *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. São Paulo: FGV, 2015.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas. Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, 27(94), 47-69, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E.P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. “*Ensino Inclusivo*”: uma expressão incorreta. In: MARQUEZINE, Maria Cristina. [et al.] *Re’discutindo a inclusão*. Londrina: ABPEE. 2009, p. 5-20